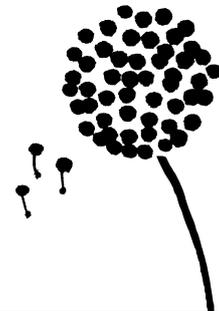


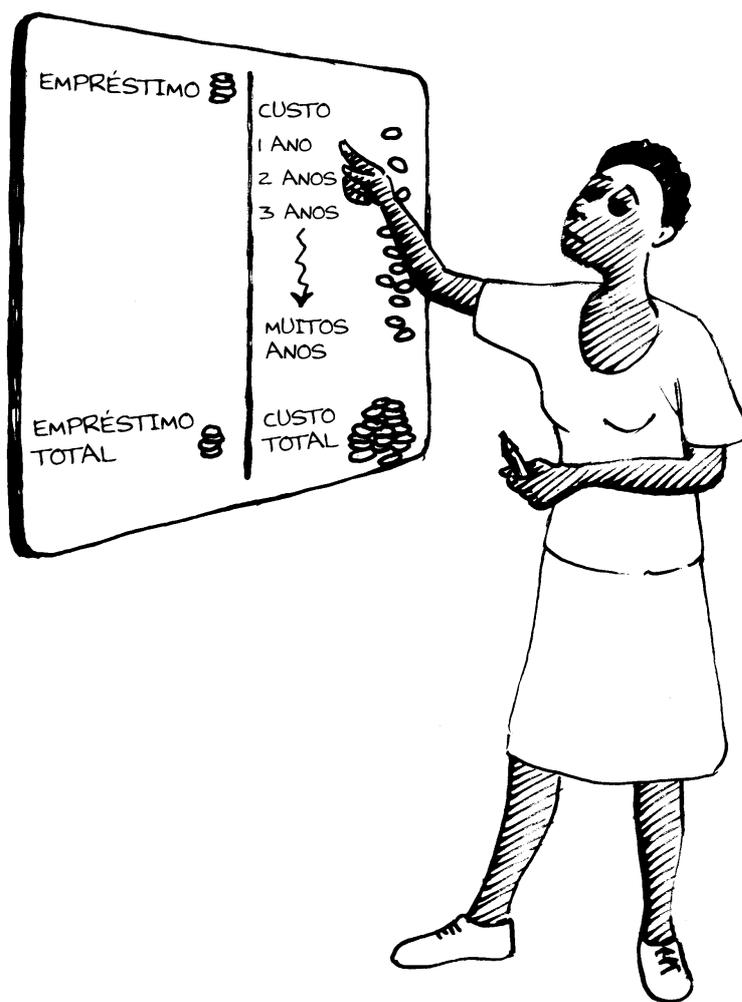
*Aumentando
a habilidade
e eficácia na
defesa de
direitos*

DIRETRIZES PARA A DEFESA DE DIREITOS



TEARFUND
CHRISTIAN ACTION WITH THE WORLD'S POOR

Defesa de Direitos e a Dívida: um guia prático



O OBJETIVO DESTE GUIA Aumentar a capacidade e a eficácia de nossos parceiros em seu trabalho de defesa de direitos em relação à dívida.

A SEÇÃO 1 explica o que a Tearfund compreende por defesa de direitos e por que a dívida é vista como uma questão vital.

A SEÇÃO 2 oferece os antecedentes reais da crise da dívida.

A SEÇÃO 3 fala sobre a campanha Jubileu 2000.

A SEÇÃO 4 apresenta, em linhas gerais, os argumentos a favor e contra o cancelamento da dívida.

A SEÇÃO 5 examina como levar adiante o trabalho de defesa de direitos e oferece incentivo através de estudos de casos.

A SEÇÃO 6 explica como se pode estar envolvido no processo dos PRSPs.

Os Apêndices sugerem leituras adicionais e fornecem informações sobre organizações e redes úteis.

O Glossário oferece definições úteis de algumas das palavras utilizadas.

Os *Materiais de Estudo sobre a Defesa de Direitos* da Tearfund formam a base da nossa compreensão do trabalho de defesa de direitos.

Conteúdo

SEÇÃO 1: A Tearfund, a Defesa de Direitos e a Dívida	5
Qual é o problema exatamente?	6
Por que nos devemos envolver?	7
Qual é a reação da Tearfund?	7
SEÇÃO 2: A Crise da Dívida	9
Como ela começou?	9
Que países são afetados pela crise?	9
Qual foi a reação dos credores?	10
SEÇÃO 3: Jubileu 2000	13
A campanha	13
SEÇÃO 4: A Defesa de Direitos na Questão da Dívida na Prática	15
Argumentos contra o cancelamento da dívida	15
Argumentos a favor do cancelamento da dívida	16
SEÇÃO 5: O que Podemos Fazer?	19
O ciclo de defesa de direitos	19
Ação a nível local	20
Ação a nível nacional	23
Ação a nível internacional	24

SEÇÃO 6: Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSPs)	27
Como você se pode envolver no processo dos PRSPs?	28
SEÇÃO 7: Apêndices	31
1 Progresso com os PRSPs	31
2 Organizações e redes	31
3 Leitura adicional	33
SEÇÃO 8: Glossário	35

AUTORES Bryan Evans e Sheila Melot

PESQUISA ADICIONAL Marlene Barrett

ILUSTRAÇÕES Rod Mill, Sancton Drawing Services

DIREITOS AUTORAIS Os materiais de aprendizagem e os casos de estudo da Tearfund podem ser adaptados e reproduzidos para utilização, desde que sejam distribuídos gratuitamente. A Tearfund e os autores relevantes nesses materiais devem ser citados na íntegra.

1 *A Tearfund, a Defesa de Direitos e a Dívida*

A defesa de direitos pode significar muitas coisas diferentes. Para a Tearfund, significa “falar em nome dos pobres com as pessoas no poder”. Os principais métodos que usamos são:

- lobby
- campanhas
- atrair a atenção da mídia
- desenvolver a capacidade de nossos parceiros para realizar este trabalho.

A dívida possui um enfoque importante no trabalho de defesa de direitos da Tearfund, porque:

- a pobreza não será erradicada no Terceiro Mundo, a não ser que a questão da dívida seja resolvida
- a dívida está relacionada a outras questões vitais, como o comércio, a corrupção e os gastos militares
- como os governos, as ONGs e os indivíduos perceberam a urgência da situação, eles se esforçaram muito mais, para melhorar a política internacional na questão da dívida. As redes de ONGs e os indivíduos tornaram-se mais comuns. Isso proporciona à Tearfund e aos nossos parceiros uma oportunidade para influenciar o processo a nível superior em nome dos pobres.

Há muito tempo que o empréstimo tem sido vital para a economia mundial. Porém, se examinarmos o modelo de Deus, conforme estabelecido na lei do Velho Testamento, vemos uma situação diferente.

Todos os homens e as mulheres haviam sido feitos à imagem de Deus e, como tais, possuíam uma dignidade, a qual a lei tentava manter. A lei dava a cada grupo familiar dentro do povo de Deus recursos suficientes para seu próprio sustento. Assim o empréstimo somente era necessário, quando algo desse errado: por exemplo, uma colheita ruim ou a morte do marido de uma mulher. Então, os mais afortunados deviam emprestar a seus vizinhos mais pobres, o que significava, porém, que as desigualdades aumentavam dentro da comunidade. Quando alguém nos deve dinheiro, isso coloca-nos numa posição de poder. Assim, era importante, em primeiro lugar, salientar que toda a prosperidade provinha, fundamentalmente, de Deus, e, em segundo lugar, estabelecer regras que mantivessem a desigualdade ao mínimo. Cobrar juros era proibido; ninguém podia tirar o meio de sustento de uma pessoa como garantia para uma dívida. E, se o devedor não pudesse pagar no final, a dívida era cancelada. Esta última idéia fazia parte do sistema de “suspensões” a intervalos regulares do jubileu, que dava prioridade às relações certas e colocava a atividade econômica em segundo plano.

QUAL É O PROBLEMA EXATAMENTE?

Há 34 países em desenvolvimento sobrecarregados de dívidas, as quais eles são completamente incapazes de pagar. Outros 37 países podem fazer apenas pagamentos parciais de suas dívidas. A luta para fazer os pagamentos desviou recursos que deveriam ter sido gastos na redução da pobreza.

As palavras sublinhadas são explicadas no Glossário na página 35

Uma nação, assim como uma família, compra as coisas de que precisa com a renda que ganha. A renda ganha pelas pessoas de um país é chamada Produto Interno Bruto (PIB). O governo arrecada parte desta renda em impostos e gasta-a na educação, na saúde pública e em outros serviços essenciais. De acordo com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development), o orçamento bem equilibrado de um país pobre precisa arrecadar 18 por cento do PIB em impostos, para pagar estas coisas. Contudo, muitos países em desenvolvimento não conseguem arrecadar mais do que 15 por cento. Esses países, assim, começam com um déficit e, então, têm de reservar uma média de 30 por cento dos impostos para o serviço da sua dívida.

Entre as conseqüências, estão:

- o decadência dos serviços de saúde e educação
- o aumento da “economia informal”, pois as pessoas que perderam seus empregos voltam-se para atividades como vender coisas nas ruas, procurar coisas nos depósitos de lixo ou, algo ainda mais sério, cultivar a coca (na Bolívia e no Peru) para o comércio da cocaína.
- a concentração excessiva nos ganhos provenientes da exportação – com a queda nos preços das commodities nos anos 80, os países em desenvolvimento passaram a cultivar cada vez mais para a venda, numa tentativa vã de manter suas rendas.
- a perda da soberania na criação da política econômica, pois o Banco Mundial/o Fundo Monetário Internacional (FMI) recusam-se a ajudar os países devedores, a menos que sigam os planos econômicos impostos por eles.
- a venda de bens nacionais para empresas estrangeiras. Às vezes, isso ocorre, porque os credores aceitam ações nas empresas ao invés de pagamentos da dívida. Além disso, o Banco Mundial/o FMI insistem em que seja feita a privatização, e os investidores estrangeiros compram as indústrias privatizadas. O investimento estrangeiro pode trazer benefícios, mas pode, também, ter desvantagens sérias. Por exemplo, a competição poderosa do proprietário estrangeiro pode acabar com os negócios das firmas locais. O envio dos lucros para os países de origem pode usar todos os escassos recursos de moedas estrangeiras.



Apenas 15% do PIB acumulado através de impostos ...

... mas 30% disso vai para o serviço da dívida

POR QUE NOS DEVEMOS ENVOLVER?

Por que nos devemos envolver na defesa da causa dos devedores pobres?

- Como cristãos, servimos a um Deus justo, que se enfurece com a injustiça infligida aos pobres.
- Na Bíblia, está claro que a dignidade para todos os seres humanos é mais importante do que exigir o cumprimento rígido dos pagamentos das dívidas. Nenhum homem ou mulher deve ser mantido permanentemente na escravidão da dívida e perder sua parte na vida econômica da comunidade. As dívidas não pagas devem ser canceladas, os escravos devem ser liberados no ano “sabático” (o 7o. ano), e a propriedade deve ser devolvida no “jubileu” (o 50o. ano).
- A pobreza não pode ser eliminada, a não ser que se lide com a dívida.
- As igrejas têm uma responsabilidade especial. Elas possuem contatos internacionais e a capacidade de mobilizar e organizar seus membros e são, ou deveriam ser, independentes dos governos.
- Assim como falar com os poderosos em nome dos pobres, o defensor de direitos pode ficar ao lado dos pobres, enquanto eles falam por si próprios. Assim, a defesa de direitos na questão da dívida pode tornar-se uma forma de ajudar os pobres a levar suas preocupações e necessidades ao conhecimento das autoridades governamentais responsáveis pelas decisões quanto às políticas que afetam suas vidas.

QUAL É A REAÇÃO DA TEARFUND?

Os objetivos da Tearfund são:

- aumentar a conscientização do público quanto à crise da dívida
- incentivar as igrejas que desejam lutar contra os problemas relacionados com a dívida de suas comunidades e nações
- garantir, através da defesa de direitos, que haja fundos suficientes para os serviços básicos necessários para os pobres (acabando com o desperdício de recursos resultante do serviço da dívida e, se necessário, aumentando o auxílio ao desenvolvimento)
- garantir que os governos e outras organizações que emprestaram dinheiro de forma irresponsável e egoísta façam uma restituição pelos danos causados aos pobres
- garantir que a renda nacional roubada por líderes corruptos e aceita por bancos dissimulados no mundo desenvolvido seja encontrada e devolvida.

Os princípios da Tearfund na tentativa de alcançar estes objetivos são:

- **dignidade** para as nações devedoras, para que possam administrar suas próprias questões sem a interferência dos credores
- **justiça** para todas as pessoas, para que tenham acesso à educação básica, ao atendimento à saúde adequado, à água limpa e ao saneamento

- **participação** dos pobres no processo de tomada de decisões sobre o alívio da dívida e a estratégia de redução da pobreza
- **prestação** de contas por parte dos governos, dos bancos comerciais e das instituições financeiras internacionais, que são co-responsáveis pelo crescimento da dívida
- **restituição** nos casos em que os concessionários de empréstimo no mundo desenvolvido, agindo de forma irresponsável ou com desonestidade deliberada, se associaram a elites corruptas do Terceiro Mundo, para roubar os recursos nacionais em detrimento dos pobres.

2 *A Crise da Dívida*

COMO ELA COMEÇOU?

Nos anos 70, o preço do petróleo subiu repentinamente e os produtores de petróleo árabes depositaram grandes quantias de dinheiro nos bancos ocidentais. Os bancos, mais do que depressa, emprestaram o dinheiro aos governos do Terceiro Mundo, sem fazer muitas perguntas a respeito de como eles o devolveriam. Grande parte dele foi desperdiçada ou roubada por ditadores corruptos.

Então, as economias ocidentais entraram em recessão e passaram a comprar menos commodities, como o café e o cacau, vendidos pelos países em desenvolvimento, para ter dinheiro para pagar seus empréstimos. À medida que esses países viam a sua renda declinar, eles também perceberam que a dívida crescia, conforme as taxas de juros subiam. Os EUA aumentaram as suas taxas (para combater a inflação interna), e outros países desenvolvidos tiveram de fazer o mesmo, a fim de competir. Com as altas taxas de juros à disposição, os investidores internacionais começaram a querer comprar dólares e outras moedas ocidentais. Assim, os países devedores não só se viram pagando taxas de juros mais altas, mas, também, passaram a ter de pagar mais para comprar os dólares para pagar a dívida. Quando um país devedor começava a ter dificuldades, seus problemas em seguida ficavam fora de controle. Os juros que não podia pagar eram acrescentados à dívida. Assim, a dívida sobre a qual ele tinha de pagar juros tornava-se ainda maior (isso chama-se juros compostos).

Tudo isso ocorreu durante a Guerra Fria, na qual o bloco ocidental e o bloco soviético forneciam auxílio militar e ainda mais empréstimos aos países na África, na Ásia e na América Latina.

A crise da dívida tornou-se óbvia repentinamente em 1982, quando o México anunciou que não podia e não iria pagar o que devia.

QUE PAÍSES SÃO AFETADOS PELA CRISE?

Os países ao sul do Saara foram os mais atingidos. Ditadores corruptos como Mobutu, no Zaire, Amin e Obote, em Uganda, e Abacha, na Nigéria, levaram os seus países à dívida. As guerras civis em Angola, Moçambique e na Etiópia fizeram o mesmo (estas guerras tornaram-se piores, porque o Ocidente e a União Soviética apoiaram, cada um deles, um dos lados). Houve, também, muitos conflitos étnicos amargos (alguns deles agravados pelo estresse econômico), como, por exemplo, em Ruanda, Burundi e no Sudão. Gana e a Zâmbia sofreram, porque dependiam de uma só commodity (cacau e cobre respectivamente).

A região como um todo, agora, possui dívidas muito altas comparadas com os Produtos Nacionais Brutos (PNB) dos países. Por exemplo:

- R.D. do Congo 720% do PNB
- São Tomé e Príncipe 640% do PNB
- Guiné-Bissau 415% do PNB
- Angola 292% do PNB

Há alguns países na **Ásia** que têm problemas sérios de dívida. Ditadores como Suharto, na Indonésia, Zia-ul Haq, no Paquistão, e Marcos, nas Filipinas (todos protegidos pelo Ocidente durante a Guerra Fria) deixaram dívidas enormes para trás. Assim como os regimes militares em Myanma e na Tailândia. As guerras no Camboja, no Laos e no Vietnã e a instabilidade e o isolamento que as seguiram deixaram estes países com uma dívida séria. Bangladesh e o Nepal são ambos pobres e encontram-se altamente endividados.

Na **América Latina** e no **Caribe**, encontramos os maiores devedores do mundo em desenvolvimento: o Brasil, que deve \$232 bilhões, e o México, \$160 bilhões. A Argentina não fica muito para trás, com uma dívida de \$144 bilhões. Entretanto, como as suas economias são muito maiores que as dos países ao sul do Saara, os seus índices de dívida/PNB são de apenas:

- Brasil 30% do PNB
- México 45% do PNB
- Argentina 51% do PNB

Nos anos 80, a Nicarágua passou por uma guerra civil, quando o movimento esquerdista Sandinista derrubou o ditador corrupto Somoza e, então, teve de combater a contraguerrilha, apoiada pelos Estados Unidos. Em 1998, o país foi devastado pelo Furacão Mitch. A sua dívida, agora, é equivalente a 357 por cento do PNB: o 4o. maior índice de dívida do mundo.

Honduras (atingido da mesma forma pelo Furacão Mitch) também se encontra altamente endividado, juntamente com a Bolívia, a Guiana e o Peru.

No Caribe, o Haiti e a Jamaica possuem os problemas de dívida mais sérios.

QUAL FOI A REAÇÃO DOS CREDORES?

A ameaça de falência do México em 1982 foi séria o suficiente para ameaçar a estabilidade das economias ocidentais. O Banco Mundial, o FMI e os governos ocidentais tomaram medidas para diminuir o impacto imediato da crise.

- Eles organizaram “empréstimos-pontes” no que se chamou Plano Baker. Estes eram novos empréstimos que serviam de “ponte para a lacuna”, enquanto se dava tempo para que as reformas econômicas rigorosas surtisserem efeito.

- Eles incentivaram os credores comerciais a trocar a dívida por “Brady bonds” (de valor menor, porém mais seguras).
- Eles se juntaram formando o “Clube de Paris”, para negociar com os países devedores individuais.
- Alguns credores comerciais trocaram a dívida por ações nas empresas locais.

Porém, a crise da dívida continuou. Uma vez terminado o perigo inicial, com as dívidas do México e do Brasil reestruturadas, os credores perderam o senso de urgência, pois as outras dívidas não eram grandes o suficiente para perturbar a economia mundial. Foi somente em 1996 que a pressão constante das organizações não governamentais (ONGs) finalmente persuadiu o Banco Mundial/o FMI a lançar a Iniciativa Destinada aos Países Pobres Muito Endividados (HIPC – Highly Indebted Poor Countries Initiative). O objetivo era diminuir as dívidas dos países mais pobres para um nível “sustentável”.

A posição poderosa dos credores fez com que eles pudessem seguir seus próprios objetivos e sua escala de tempo. Por estarem sempre preocupados com a competição, eles têm relutado em tomar atitudes positivas, como:

- conceder condições de comércio mais justas
- parar sua exportação de armas
- tomar uma atitude decisiva contra a corrupção.

Cada um deles está resoluto em não ceder mais do que os outros no alívio da dívida. Assim, o progresso tem estado atado ao ritmo dos credores mais vagarosos. Todos se têm mostrado muito relutantes em limitar o comércio de armas, apesar do alto preço pago pelos pobres do Terceiro Mundo.

A necessidade da defesa de direitos – falar com os poderosos em nome dos pobres – tornou-se vital.

3 Jubileu 2000

A Tearfund e outras agências de desenvolvimento tornaram-se membros da Coligação Jubileu 2000 em 1997. Esta coligação nasceu da idéia de ligar-se o conceito bíblico do jubileu à chegada do novo milênio. Há organizações equivalentes em mais de 60 países.

O Jubileu 2000 reivindicou:



- **um cancelamento único** (para dissuadir as nações devedoras de pedir empréstimos irresponsáveis com a esperança de outros cancelamentos no futuro)
- **até o ano 2000** (para desencorajar outros adiamentos por parte dos credores)
- **do acúmulo da dívida impagável pelos países mais pobres do mundo** (“impagável”, porque não há dinheiro suficiente para o serviço da dívida assim como para pagar a escolarização básica, o atendimento à saúde primário e outros gastos essenciais)
- **num processo justo e claro** (isto é, realizado não pelas nações credoras poderosas atuando sozinhas, mas, sim, por um tribunal ou órgão examinador independente, talvez supervisionado pelas Nações Unidas. O dinheiro que teria sido usado para o serviço da dívida seria colocado num fundo especial e gasto com a recuperação econômica e a diminuição da pobreza).

A CAMPANHA

Em 1999, a campanha internacional começou a surtir efeito. Os governos de sete países industriais líderes, mais a Rússia (o grupo G8), encontraram-se em Cologne, na Alemanha, e reconheceram que o montante da dívida que os países pobres têm condições de manter é muito menor do que eles vinham dizendo. Eles concordaram com uma diminuição maior da dívida.

Então, o Banco Mundial/o FMI anunciaram que dariam maior prioridade à redução da pobreza. Os países que estavam pedindo o alívio da dívida na Iniciativa HIPC, teriam, agora, de criar um Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSP – Poverty Reduction Strategy Paper) – veja a SEÇÃO 6. Ao mesmo tempo, o presidente dos EUA na época, Bill Clinton, anunciou que os EUA cancelaria completamente a dívida dos países pobres, quando isso fosse necessário para ajudá-los a financiar os gastos com a saúde e a educação.

Então, no final do ano 2000, Gordon Brown, o ministro das finanças do Reino Unido, disse que, assim que os países devedores se qualificassem para o alívio da iniciativa HIPC, toda a sua dívida para com a Grã-Bretanha seria cancelada. Além disso, os pagamentos do serviço da dívida de países ainda à espera para serem incluídos na iniciativa HIPC, seriam colocados num fundo de curadoria e devolvidos, quando esses países devedores tivessem preparado os seus planos para a diminuição da pobreza.

No Reino Unido, a Coligação Jubileu 2000 encerrou, conforme planejado, no final do ano 2000. Há duas organizações, agora, dando prosseguimento ao seu trabalho:

- O Drop the Debt, uma campanha que tem como alvo o encontro de cúpula do G8 em Gênova, na Itália.
- O Jubilee Plus, que está pesquisando as causas fundamentais do endividamento internacional.

Há, também, uma nova coligação coordenando a campanha no Reino Unido, a Jubilee Debt Campaign. E há, ainda, muitos grupos entusiastas envolvidos com a dívida nos países em desenvolvimento, que continuam a fazer campanhas relacionadas com esta questão. Mais informações sobre as organizações envolvidas nessas campanhas podem ser encontradas no APÊNDICE 2.

4 *A Defesa de Direitos na Questão da Dívida na Prática*

A fim de se agir quanto a essa questão, devemos compreender os argumentos das pessoas que se opõem ao cancelamento da dívida e estar prontos com os nossos próprios argumentos convincentes.

ARGUMENTOS CONTRA O CANCELAMENTO DA DÍVIDA

- 1 Os próximos empréstimos estarão em perigo, pois os credores terão medo de perder o seu dinheiro no futuro.
- 2 O preço é alto demais.
- 3 Estabelece-se um precedente perigoso ao permitirem-se que as políticas econômicas tolas não sejam punidas. Encoraja-se o empréstimo irresponsável, com a esperança de um futuro alívio da dívida. Este perigo, geralmente, é chamado de “risco moral”.
- 4 O dinheiro liberado devido ao cancelamento da dívida seria simplesmente gasto por governos corruptos em seu próprio benefício ou em armas ou palácios. Assim, os pobres não se beneficiariam de qualquer forma.

Em resposta a estes argumentos, aqui estão algumas afirmações que podem ser feitas:

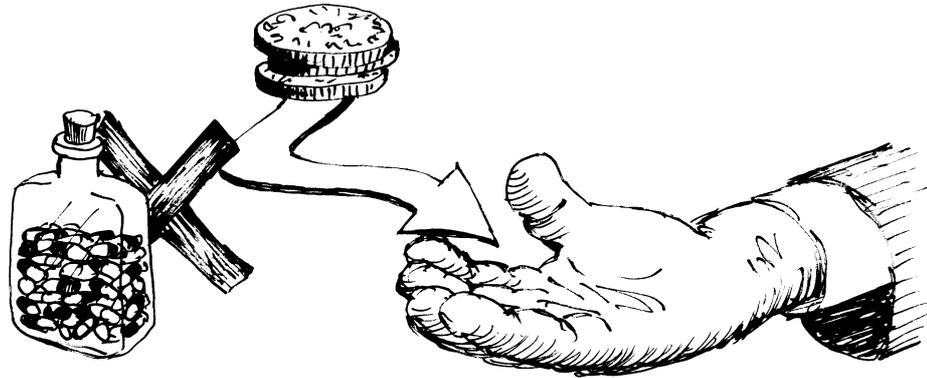
- 1 É um fato da vida que, às vezes, os negócios e os indivíduos fracassam. É por isso que temos leis para a falência: a confusão é resolvida de maneira ordenada, e o comércio e as finanças não se desintegram como resultado.
- 2 Já foi reconhecido que a dívida dos países em desenvolvimento vale apenas 30 por cento do seu valor nominal. Se ela fosse cancelada ao longo dos próximos 20 anos, custaria menos de \$4 por ano para cada pessoa nas nações credoras.
- 3 Este argumento do “risco moral” é unilateral, pois o empréstimo foi, muitas vezes, irresponsável e estabeleceu um mau precedente! Certamente não seria injusto puni-lo agora.
- 4 Este é um argumento sério. Entretanto, já que os países mais pobres precisarão de auxílio e empréstimos para o desenvolvimento num futuro próximo, haverá muitas oportunidades para as suas próprias sociedades civis e os doadores externos monitorarem a utilização desses fundos. Se este processo for realizado pela sociedade civil no país em questão, ele poderá ajudar a fortalecer a participação democrática, forçando os governos a prestar mais contas, reduzindo-se, assim, a oportunidade para corrupção. O Processo do Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSP – Poverty Reduction Strategy Paper) (veja a SEÇÃO 6) é um passo para aumentar a prestação de contas e assegurar a participação da sociedade civil no planejamento econômico.

ARGUMENTOS A FAVOR DO CANCELAMENTO DA DÍVIDA

■ Justiça básica:

- A maneira como as taxas de juros foram aumentadas a níveis muito altos nos anos 80 foi injusta. Ao pagarem estas taxas, os devedores já pagaram muito mais do que os empréstimos originais.
- Ao organizarem o sistema de comércio mundial em seu próprio benefício, os países industrializados tornam difícil para os países devedores adquirirem a renda necessária para quitar as dívidas.

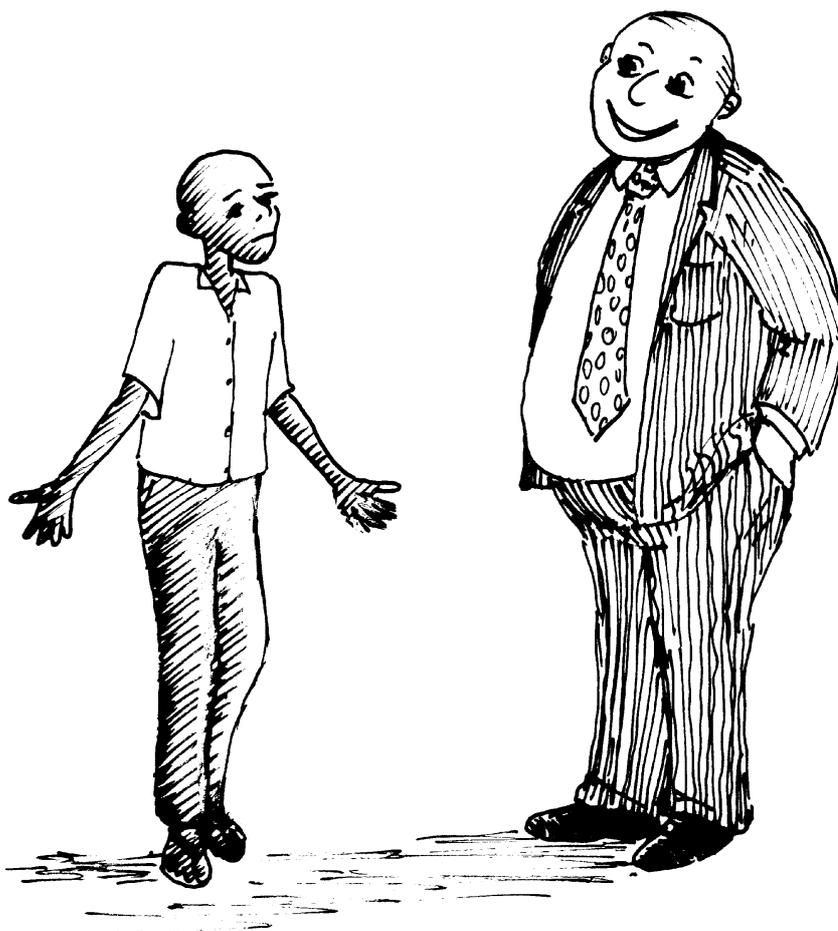
- **Senso comum.** Os pagamentos da dívida estão desviando o dinheiro de coisas essenciais, como o atendimento à saúde, a água limpa e a educação. Os credores no norte rico têm condições financeiras para parar de tirar os bens dos países mais pobres da África e da América Latina – e vidas valiosas poderiam ser salvas.



Os pagamentos da dívida desviam o dinheiro das coisas essenciais

- **A natureza da economia mundial.** O sistema financeiro mundial, baseado nos empréstimos e nas taxas de juros, é instável. À medida que a economia cresce, as empresas tendem a pedir muito dinheiro emprestado, a fim de aproveitar ao máximo a prosperidade. Quando a economia entra em declínio, as taxas de juros sobem, e as mesmas empresas podem acabar indo à falência. O problema fundamental é que as pessoas esperam juros altos provenientes do dinheiro que investiram. No final das contas, a maneira como os lucros devem ser gerados é através da boa utilização dos recursos naturais, tais como os minerais, as florestas e as terras agrícolas. É simplesmente impossível fazer com que estes recursos naturais gerem lucros ao nível que os investidores querem.
- **“Interesse” dos próprios credores.** É do interesse do mundo industrializado também dar um fim à dívida que não pode ser paga. Eles perdem empregos – já que os países em desenvolvimento não têm condições de comprar o que eles exportam. Eles sofrem o impacto do contrabando de drogas, pois os agricultores pobres apelam para o cultivo da coca e outras plantas para drogas. Eles financiam as missões pacificadoras nos países em que se deflagraram conflitos armados. A pobreza é uma das principais causas de conflito hoje em dia.

- **“Odious” debt (dívida “odiosa”).** Este é um termo legal inglês, que significa que os credores deveriam saber que os empréstimos que concederam provavelmente seriam usados por um governo tirano ou corrupto contra os interesses da nação. No momento em que a nação se liberta de seus governantes, essas dívidas deveriam ser canceladas. Alguns possíveis exemplos são os empréstimos concedidos para apoiar o regime do apartheid, na África do Sul, e o regime de Mobutu, no Zaire.
- **Precedentes históricos.** Há muitos precedentes para o cancelamento da dívida. Foram canceladas as dívidas da Itália, do Japão e da Alemanha uns poucos anos depois do final da Segunda Guerra Mundial, por que convinha aos outros países tê-los como aliados contra a União Soviética.
- **Dívidas maiores do que essas.** Pode-se argumentar que as dívidas dos países em desenvolvimento são pequenas em comparação aos estragos causados pelos países industrializados não só no passado, com o colonialismo, mas, também, hoje em dia. A exploração ambiental realizada por multinacionais e pela elite local destrói os meios de sustento das pessoas, geralmente levando-as a contrair dívidas. Os danos causados ao meio ambiente resultaram num maior número de desastres “naturais”, e estes custam mais caro para as pessoas mais pobres do mundo, já que são as mais vulneráveis.



“Você alguma vez já pensou sobre como seria dever dinheiro e não poder pagá-lo?”

“Na verdade, nunca. Não gosto nem de pensar no que eu poderia dever!”

5

O que Podemos Fazer?

Antes de começar a pensar em realizar algum trabalho de defesa de direitos, é uma boa idéia familiarizar-se com um processo para planejá-lo. Para ter uma idéia completa, aconselhamos que você leia *Defesa de Direitos – Materiais de Estudo*, da Tearfund. Aqui estão algumas das coisas básicas sobre as quais se deve estar ciente, provenientes desses materiais.

O CICLO DA DEFESA DE DIREITOS

Qualquer iniciativa de defesa de direitos pode ser dividida em etapas. Na prática, estas etapas sobrepõem-se. O tempo que levará para concluir todas as etapas e os detalhes necessários variarão muito, dependendo da urgência e da complexidade de sua questão em particular, da quantidade de informações de que você precisa para agir e dos métodos de defesa de direitos que você escolher. O procedimento básico da defesa de direitos é:



Dentro do ciclo da defesa de direitos, as questões fundamentais a serem consideradas são:

- Qual é o problema?
- Quais são os nossos objetivos para resolver esse problema?
- Quem é o nosso alvo? Quem tem o poder para fazer com que a mudança ocorra?

- Que métodos e atividades vamos usar para alcançar os nossos objetivos, por exemplo: reuniões, cartas, comunicados à imprensa, demonstrações públicas?
- Quem são os nossos aliados?
- Quem são os nossos oponentes?
- Qual será a escala de tempo para o nosso trabalho?
- Que riscos correremos se realizarmos a defesa de direitos? Que riscos correremos se não a realizarmos?
- Quem são os responsáveis pelas diferentes atividades?
- Como podemos medir o nosso sucesso?

AÇÃO A NÍVEL LOCAL

O primeiro passo é compreender o problema. Há uma grande quantidade de informações que podem ser obtidas com as várias igrejas e outras organizações que trabalham com a dívida por todo o mundo, mas você também pode realizar as suas próprias pesquisas, para relacionar a questão à sua própria área. Isso não é tão difícil quanto parece (a Tearfund terá prazer em ajudar com sugestões sobre onde você pode procurar informações). Lembre-se de que mais importante do que qualquer experiência e treinamento em pesquisas são a determinação para buscar somente a verdade e a persistência para chegar ao fundo das questões.

Questões a serem investigadas

- **O grau e a natureza da pobreza em sua área.** Há problemas de desemprego, subemprego, falta de terra, migração das áreas rurais para as favelas urbanas, desmembramento familiar, crianças de rua, etc?
- **O estado dos serviços básicos.** A educação primária é gratuita, adequada e está à disposição de todos? Se não, qual é a proporção das crianças locais que não podem frequentar a escola, ou que frequentam, mas não terminam sua escolarização básica? Os serviços de saúde locais são adequados e gratuitos para as pessoas que não têm condições de pagá-los? Os remédios comuns estão sempre disponíveis? Todos têm acesso à água que necessitam, e ela é segura para beber? O transporte para o mercado mais próximo é adequado e está dentro das condições financeiras das pessoas? Se os serviços locais são inadequados, quais são os motivos disso? Quanto do orçamento do governo é utilizado para pagar os serviços básicos e para diminuir a pobreza em geral? Que outra categoria de dispêndio compete com os gastos sociais?
- **O estado do meio ambiente.** Está ocorrendo uma grande derrubada de árvores? Há problemas de poluição da água ou de pastio excessivo? Há poluição industrial devido a controles ambientais inadequados, ou por estes não serem impostos? Esses problemas estão ligados a uma preocupação predominante de obter-se rendas provenientes da exportação para quitar as dívidas?

- **O tamanho da dívida nacional.** Quanto o seu país deve aos credores externos? Quanto é devido aos credores internos? De quanto são os pagamentos anuais do serviço da dívida? Qual é a proporção da dívida e do serviço da dívida em relação à renda nacional, isso é, o Produto Nacional Bruto (PNB) e a proporção do PNB que o governo pode arrecadar de maneira realista em impostos?
- **A origem da dívida.** Parte da dívida é do exército (resultante de guerras ou de gastos com o “prestígio”)? Você sabe de algum projeto de grande porte que tenha acabado sendo um erro caro, como, por exemplo, uma represa, alguma usina industrial que não tenha sido utilizada ou um bloco de escritório urbanos excessivamente ambicioso? Há desconfiança de que os políticos, as autoridades governamentais ou os oficiais militares de alta graduação estejam desviando fundos estatais para contas bancárias particulares no exterior? A renda proveniente do câmbio exterior depende dos mercados de commodities voláteis (produtos agrícolas ou minerais)?
- **Você pode documentar alguns estudos de casos** de famílias individuais ou comunidades e o impacto do fardo da dívida nas suas vidas?

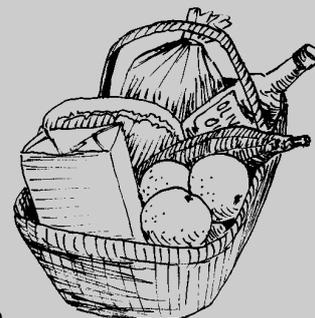
ESTUDO DE CASO 1

As igrejas em Zâmbia foram convocadas a obter mais informações e uma maior compreensão sobre a dívida do seu país numa carta pastoral conjunta publicada pela Irmandade Evangélica, pelo Conselho Cristão e pela Conferência Episcopal da Zâmbia em agosto de 1998.

Assim, o Centro Jesuíta de Reflexão Teológica em Lusaka procurou maneiras de fazer uma relação entre as pessoas locais e a crise da dívida. Ele já havia realizado uma pesquisa sobre a “cesta básica”, quanto ao preço dos alimentos básicos na área de Lusaka, e essa podia ser relacionada às estatísticas sobre quanto do serviço da dívida era pago por pessoa.

Também era importante encontrar uma maneira de resolver as preocupações levantadas pelas pessoas locais, quando lhes era pedido que apoiassem a campanha. George Show Makaha, um assistente do Centro Jesuíta, fez um relatório dinâmico das perguntas mais comuns, com sugestões de respostas. Por exemplo, muitas pessoas queriam saber como o dinheiro liberado pelo cancelamento da dívida seria usado para ajudar os pobres. A resposta? – “É por isso que estamos reivindicando um “mecanismo para a dívida”, que supervisione as negociações da dívida e a diminuição da pobreza de maneira justa e clara.” Além de produzir recursos impressos, o Centro Jesuíta ligou-se ao grupo de Artes da Comunidade de Kamoto, para levar a mensagem sobre a dívida às comunidades ao redor de Lusaka através de apresentações teatrais.

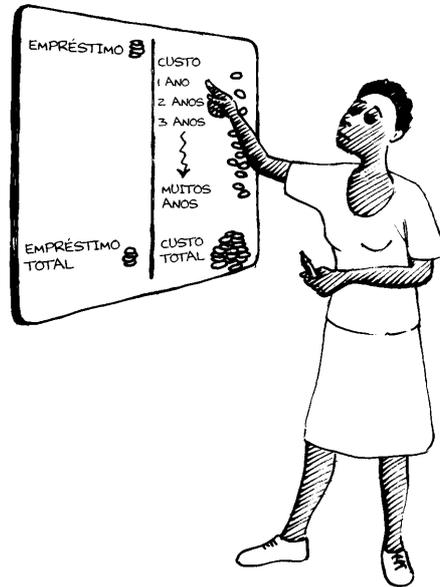
(Fonte: Jubileu 2000, Zâmbia)



Quando você começar a compreender a questão da dívida, poderá divulgar as informações entre as igrejas e comunidades locais. Obviamente, quanto mais você divulgar o conhecimento do problema e de suas causas, mais chances terá de aumentar o interesse do público e iniciar a ação. Aqui estão algumas formas de fazê-lo:

Divulgando as informações

- Organize uma banca sobre a dívida num evento local, na rua, no mercado ou na igreja. Explique o problema da dívida de forma simples e diga às pessoas como elas se podem envolver em futuras ações em relação à questão.



- Organize um encontro sobre a questão da dívida na sua igreja ou comunidade. Explique a questão de forma simples e mostre às pessoas como a dívida está relacionada com as suas próprias vidas. Dê bastante tempo às pessoas para fazerem perguntas e discutirem a questão e, no final da tarefa, peça-lhes que divulguem a mensagem envolvendo-se em futuras ações.
- Pense em outras formas de instruir as pessoas sobre a dívida, tais como escrever um artigo para o jornal ou para a revista local, pedir a uma estação de rádio que faça um programa sobre a dívida ou ajudar a criar uma peça teatral que possa ser apresentada nas escolas e igrejas.



ESTUDO DE CASO 2

Os jovens do Centro de Educação e Recursos de Nawarembi (Narec – Nawarembi Resource and Education Centre), em Kampala, Uganda, realizaram um trabalho educacional sobre a dívida. Eles realizaram encontros em escolas e povoados (aldeias), reuniram assinaturas em petições e fizeram, até mesmo, um programa de rádio. “O trabalho deles realmente causou um impacto”, diz Charlotte Mwesigye, a coordenadora de campanhas da Rede da Dívida de Uganda (Uganda Debt Network). “Porque eles eram jovens entusiastas, isso incentivou outros a se envolverem, e os projetos educacionais ajudaram as pessoas a pensar de forma nacional e global, relacionando as questões aos seus próprios povoados (aldeias).” O trabalho dos jovens do Narec foi repetido pelo país, enquanto um programa educacional cívico maciço envolvendo igrejas, escolas, ONGs e líderes locais ajudava a aumentar a conscientização sobre a questão da dívida e fornecia a base para outras ações com campanhas.

AÇÃO A NÍVEL NACIONAL

Identifique aliados em potencial tais como outras igreja e ONGs, grupos de mulheres, sindicatos e o movimento de cancelamento da dívida nacional. Descubra que pesquisas eles realizaram, se tiverem realizado alguma. Discuta com eles:

Questões para discussão

- **Possíveis soluções para a crise da dívida.** As opções podem ir desde tentativas de obterem-se a paz e a reconciliação (se o país estiver em guerra) até cortes nos gastos com a defesa, diversificação da economia e ação contra práticas corruptas. Pode ser necessário exigir que o governo use de maior abertura ao decidir o orçamento do país. Como são estabelecidas as prioridades? Como podem ser re-direcionadas? Por exemplo, o dinheiro poderia ser desviado de hospitais urbanos caros, que atendem, principalmente, às elites urbanas, para o atendimento à saúde primário nas áreas rurais e nas favelas?
- **Lobby e oportunidades didáticas.** Você poderia obter o apoio dos líderes de igrejas atuais e futuros através de contribuições nos encontros de líderes denominativos e no treinamento teológico? Como você e seus aliados poderiam influenciar o governo local e o nacional e se envolverem no processo dos PRSPs (veja a SEÇÃO 6)?
- **Oposição.** Que argumentos e preocupações há sobre o alívio da dívida para o seu país? Que fatores no seu país poderiam servir de motivos para o Banco Mundial/o FMI atrasarem o alívio da dívida? Por exemplo, o nível de corrupção, defeitos observados no sistema legal (por exemplo, o cumprimento dos contratos comerciais não pode ser exigido) e políticas econômicas que diferem das incentivadas pelo Banco Mundial/o FMI. Como você pode rebater esses argumentos e abrandar essas preocupações?
- **Coordenação da ação.** Você pode desenvolver uma estratégia nacional para o seu trabalho, por exemplo, decidindo em conjunto uma ação comum (como a assinatura de uma petição) ou escolhendo um dia ou semana nacional de ação, quando seriam realizados eventos e trabalho educacional sobre a dívida por todo o país?
- **Identificação de oportunidades importantes com a mídia.** Pense nas ocasiões em que você poderia causar o impacto máximo, tais como a visita de políticos de um dos maiores credores de seu país. O que você pode fazer para chamar a atenção para a questão da dívida? Você pode planejar uma demonstração, por exemplo, ou pedir aos líderes das igrejas que apresentem uma carta às autoridades do Banco Mundial ou às embaixadas dos países credores.
- **Produção de recursos.** De que materiais você e seus aliados precisarão, para apoiar o seu trabalho de defesa de direitos? Esses podem ser materiais para:
 - documentos com informações introdutórias (para fornecer aos políticos ou apresentar nos encontros sobre estratégias de diminuição da pobreza)
 - comunicados à imprensa
 - trabalho educacional entre os membros das igrejas ou outros colaboradores da campanha da dívida.

Decida onde você obterá estes materiais. Você próprio pode ser capaz de escrever alguns deles com base nas suas pesquisas. Você pode, então, ser capaz de cooperar com outras igrejas e ONGs no seu país, usando os materiais que eles já escreveram, assim como os seus. Talvez você possa usar ou adaptar materiais produzidos por grupos de campanha da dívida em outros países (veja o APÊNDICE 2, para obter possíveis fontes).

ESTUDO DE CASO 3

“Cada criança que nasce deve \$1.200 – cada criança.” Jovana Cruz, de dezesseis anos, divulga esta mensagem sobre a dura realidade da dívida no Peru. Ela faz parte da Manthoc, uma organização para crianças trabalhadoras com 5.000 membros, que decidiu unir-se à campanha da dívida peruana, “Vida antes da Dívida”, por causa da necessidade vital de conscientização sobre os efeitos da dívida.

Através do trabalho de organizações como a Manthoc, a “Vida antes da Dívida” obteve um apoio público enorme para o cancelamento da dívida, atraiu a atenção da mídia e reuniu mais de 1,8 milhões de assinaturas. Os realizadores da campanha dizem que o motivo do seu sucesso é porque a questão da dívida une todos os peruanos: quando as pessoas se dão conta de que não tiveram o direito a dar a sua opinião nas negociações em que o Peru contraiu a sua dívida, de que todos contribuem com o pagamento da dívida através dos seus impostos e de que muitos serviços sociais não existem mais, porque os fundos foram redirecionados para pagar as dívidas, a população, em geral, prontifica-se a pedir que os países industrializados diminuam o que lhes é devido.

Um fator importante no sucesso da campanha tem sido a maneira como grupos muito diferentes têm trabalhado juntos. A Távola Redonda para a Dívida e o Desenvolvimento, um agrupamento de organizações não governamentais, foi ampliada, para formar uma coligação de organizações tanto civis quanto religiosas, inclusive a Conferência Peruana de Bispos Católicos e várias igrejas evangélicas e protestantes. Todos reconheceram que a questão da dívida era tão importante, que precisavam trabalhar juntos na campanha.

Foram produzidos cartazes, folhetos informativos e adesivos com a ajuda financeira de parceiros no norte. Os realizadores da campanha ajudaram a distribuir estes materiais pelo país, em suas organizações e comunidades, assim como em escolas, universidades, associações de mães e locais de distribuição de sopa aos pobres. Foram realizadas palestras e encontros de treinamento para discutir a questão da dívida e como ela está relacionada ao desemprego, às questões ecológicas, à educação na área da saúde, ao desenvolvimento rural e ao avanço feminino. Os realizadores da campanha dizem que os encontros de treinamento confirmaram o que eles já acreditavam ser verdade: que as pessoas que trabalham a nível local são as mais bem equipadas para avaliar as necessidades da região e recomendar que tipo de projetos ajudará a satisfazê-las. A campanha funcionou melhor, quando todos colaboraram, desde as pessoas na base da sociedade até os líderes locais, com as pessoas unindo-se para alguma atividade especial sobre a dívida, ou fazendo da dívida o tópico central de um evento religioso ou cívico.

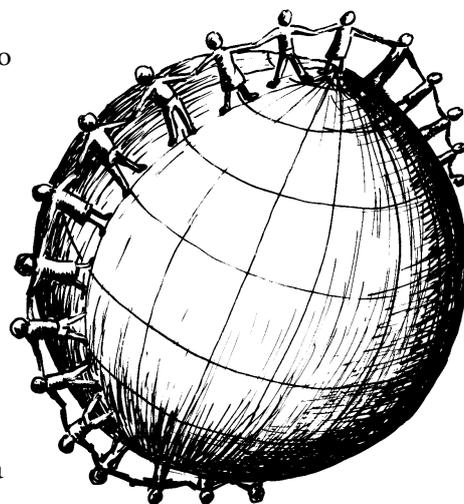
(Fonte: Jubileu 2000, Peru, New Internationalist)

AÇÃO A NÍVEL INTERNACIONAL

Algumas igrejas e organizações vinculadas a igrejas contribuem tomando parte em redes nacionais, porém um problema internacional como o da dívida também requer um trabalho em rede internacional. Pelo menos um membro da rede nacional terá de estar envolvido em redes internacionais, para manter-se informado sobre o que está acontecendo em

outros países, compartilhar informações e causar um impacto maior agindo de maneira coordenada com os realizadores de outras campanhas. Lembre-se de que:

- Os grupos realizadores de campanhas em outros países devedores podem beneficiar-se com as suas experiências, e eles podem muito bem ser capazes de utilizar materiais produzidos por você. Você também pode obter com eles idéias e materiais de recurso para campanhas.
- Os grupos de campanhas nos países credores precisarão da sua ajuda. Por exemplo, é útil para eles ter materiais completos de estudos de casos sobre a dívida do seu país e o impacto sobre as pessoas comuns na sua região de origem. Você pode precisar da ajuda deles para levantar questões com os seus governos e/ou com órgãos internacionais tais como o Banco Mundial/o FMI.
- Todos podem obter inspiração ao saber que estão unidos a outras pessoas por todo o mundo, procurando dar um fim à injustiça da dívida internacional. Tente criar tantos vínculos quanto puder com indivíduos, igrejas ou grupos de campanhas em outros países e peça-lhes que compartilhem as suas idéias e histórias pessoais. Você pode, então, usar essas histórias no seu próprio trabalho de defesa de direitos, para ajudar a tornar a questão mais real para as pessoas com que você estiver conversando e para criar um senso de solidariedade com outras pessoas comuns por todo o mundo.



ESTUDO DE CASO 4

O que as crianças da Escola St. Elizabeth, em Lunga Lunga, no Quênia, e a Escola de Segundo Grau da Comunidade de Dean, em Livingstone, na Escócia, têm em comum? Resposta: ambas tomaram parte numa competição artística “Vida ou Dívida”, organizada conjuntamente pelas campanhas da dívida do Reino Unido e do Peru.

Este tipo de vínculo internacional é essencial no trabalho de defesa de direitos na questão da dívida. A Rede para o Alívio da Dívida do Quênia (Kenya Debt Relief Network) envolve igrejas, grupos ambientais, grupos de mulheres, homens e mulheres de negócio e membros do parlamento na campanha pelo cancelamento da dívida no Quênia. Porém, ela também mantém vínculos com outros realizadores de campanhas da dívida na África e por todo o mundo, para compartilhar experiências e recursos, ajudando a oferecer inspiração mútua e aumentar a eficácia do seu trabalho através da ação coordenada. Por exemplo, o Arcebispo David Gitari, da Igreja Anglicana do Quênia, foi um dos três clérigos africanos a tomar parte de uma turnê de palestras no Japão (um credor importante) financiada por uma organização cristã britânica, para conscientizar as pessoas sobre a dívida da África com o Japão e para pressionar o governo japonês através de lobby a cancelar a dívida.

A solidariedade ajudou a apoiar a campanha do Quênia também. Quando 63 pessoas da campanha, inclusive vários cristãos, foram presos durante uma marcha pacífica em Nairobi em abril de 2000, uma quantidade enorme de protestos de várias partes do mundo ajudou a assegurar que as acusações contra eles fossem suspensas.

6 *Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSPs)*

Mencionamos que, em 1999, o Banco Mundial/o FMI haviam decidido que os países que estavam pedindo o alívio da dívida na Iniciativa HIPC deveriam, primeiramente, apresentar um Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSP), explicando como eles usariam o dinheiro liberado da dívida para diminuir a pobreza. Cada país, agora, tem de pesquisar as causas da pobreza e criar um plano para resolver os problemas identificados. O plano deve tratar de todos os aspectos da pobreza e ser apoiado por todos os parceiros (países doadores e agências). Devem ser estabelecidos alvos claros, para que o progresso possa ser medido. Os PRSPs são, portanto, potencialmente muito importantes:

- A Estratégia para a Redução da Pobreza provavelmente se tornará a estrutura na qual os outros doadores direcionarão os seus financiamentos.
- O Banco Mundial e o FMI pretendem estender a abordagem do PRSP dos países pobres altamente endividados para todos os países que recebem assistência da Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA – International Development Association). Isso afetará uns 20–30 países além dos países pobres altamente endividados (a IDA faz parte do Banco Mundial e empresta dinheiro para os países em desenvolvimento com taxas de juro muito baixas).
- Os PRSPs oferecem maiores oportunidades para a participação da sociedade civil.

Há, entretanto, duas áreas de possíveis conflitos:

- entre o desejo de oferecer-se alívio rápido e o desejo de envolver-se a sociedade civil na preparação do PRSP
- entre o objetivo de que este seja um processo genuinamente “pertencente” ao país e a exigência do Banco Mundial/o FMI de serem os juizes finais da estratégia de redução da pobreza do país.

Em relação ao primeiro aspecto, se a prioridade for dada ao alívio rápido da dívida, isso pode obstruir a participação genuína da sociedade civil. Por outro lado, garantir-se a participação genuína pode atrasar gravemente o alívio (já se espera que o processo leve de 1 a 2 anos para preparar a estratégia e mais um ano, então, para que chegue ao ponto de conclusão, após o primeiro relatório de progresso anual). Para contornar este problema, o Banco/o Fundo afirmaram que, por enquanto, será aceito um PRSP interino.

Este documento de estratégia interino precisa incluir uma declaração do compromisso do governo com a redução da pobreza, descrevendo o atual grau e padrões de pobreza e os principais elementos da estratégia existente de redução da pobreza do governo. Ele deverá, também, dar a previsão de quando será apresentado o PRSP completo e descrever como as consultas serão realizadas.

Quanto ao segundo aspecto, o objetivo de que o processo pertença genuinamente ao país parece ficar limitado pela exigência de que “caiba aos Conselhos Administrativos (do Banco/do FMI) decidir se a estratégia de redução da pobreza é adequada”. Eles também podem decidir se um país “saiu dos eixos” na implementação da estratégia e cortar qualquer outro financiamento das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) nesse caso. Não está claro o que aconteceria se o governo e a sociedade civil de um país devedor discordassem do que o Banco/o Fundo dissessem. Uma opção poderia ser realizar uma consulta mais ampla e aberta, talvez liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – United Nations Development Programme), em que os governos doadores e os acionistas nacionais teriam uma posição equivalente à das Instituições Financeiras Internacionais, para poder vetar as decisões.

Vale a pena lembrar-se de que um país pode possuir uma estratégia para combater a pobreza, porém com um outro nome (como o “Diálogo Nacional”, da Bolívia). Há, também, outros processos de criação de estratégias em andamento. Talvez o mais importante seja a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (NSSD – National Strategy for Sustainable Development), a qual deverá estar em funcionamento em todos os países até 2005 (este é um dos resultados da Cúpula da Terra de 1992, no Rio de Janeiro, a Eco 92). Há alguma discussão entre os governos e os órgãos internacionais, como as Nações Unidas, quanto à necessidade de unificarem-se todas essas estratégias, ou, pelo menos, assegurar-se que elas não entrem em conflito entre si.

Agora que o Banco/o Fundo parecem estar escutando o pedido de que os recursos liberados pelo alívio da dívida sejam usados na redução da pobreza, seria injusto e ilógico não dar uma chance a este processo. Ele oferece oportunidades para fortalecer-se o papel da sociedade civil e coloca a questão da pobreza no centro do planejamento econômico.

(Veja o APÊNDICE 1 para obter informações sobre o progresso dos países com os PRSPs).

COMO VOCÊ SE PODE ENVOLVER NO PROCESSO DOS PRSPS?

Como uma igreja, ou organização ligada a uma igreja, interessada na questão da dívida, o primeiro passo é descobrir se o seu país já possui um PRSP ou algo semelhante, ou se a estratégia está em processo de formação (veja o APÊNDICE 1 e, se tiver acesso à internet, verifique o website do FMI).



- Se não houver nenhum PRSP ou processo de estratégia, una-se a outras igrejas, ONGs e outros e pressione o seu governo a organizar o processo.
- Se o processo estiver em andamento, descubra se haverá consultas. Aceite qualquer convite para tomar parte nelas que lhe for feito e exija um, se não lhe for feito nenhum prontamente. Usando a sua própria área de especialização (por exemplo, saúde primária, alfabetização, educação) encontre-se com outras organizações, para escrever um documento ou documentos sobre o que você gostaria que fosse feito, para alcançar-se a erradicação da pobreza em geral, ou para que algo mudasse no seu setor em particular.

- Organize os seus beneficiários (isso é, os pobres na sua região) para tomar parte nas consultas locais. Certifique-se de que você compreende as necessidades deles. Mantenha-os informados sobre o que está acontecendo.
- Resista a qualquer pressão para apressar o processo, pois isso pode prejudicar a participação genuína. Reivindique que os pagamentos da dívida dos países mais pobres sejam suspensos até que o cancelamento finalmente ocorra.
- Se o PRSP já tiver sido decidido, descubra o que ele diz e exija que seja posto em ação.
- Exija o monitoramento eficaz disso e considere a possibilidade de participar do monitoramento juntamente com outros grupos da sociedade civil. Esteja pronto para alertar o público, se houver qualquer desvio do plano de redução da pobreza.

ESTUDO DE CASO 5

Na Bolívia, os realizadores de campanhas usaram o processo PRSP, para exigir que as pessoas estivessem no centro das decisões sobre como gastar o dinheiro liberado através do cancelamento da dívida. As igrejas, principalmente a Igreja Católica Boliviana, mostraram-se muito eficazes na mobilização de diferentes setores da sociedade para que eles se envolvessem nas consultas nacionais sobre a redução da pobreza. Estas consultas foram criadas, para serem realizadas paralelamente com a iniciativa do governo de envolver a população no debate sobre a redução da pobreza, enquanto era preparado o documento da estratégia para ser apresentado ao FMI. Muitos bolivianos duvidaram que esta iniciativa oficial sozinha fosse refletir a sociedade civil de maneira justa.

Foram realizadas nove consultas regionais. Depois, foram eleitos delegados para um Fórum Nacional de quatro dias, realizado em La Paz, em abril de 2000. O fórum foi dividido em oito encontros de treinamento, para discutir problemas e soluções em áreas como a educação, a saúde, o emprego, terras e a produtividade. No final do fórum, foram escolhidos delegados para levar as conclusões dos encontros ao Diálogo Nacional do governo, para esboçar o PRSP. A declaração emitida pelo fórum também pedia que um órgão de representantes da sociedade civil fosse organizado a longo prazo. Além de participar da preparação do PRSP, este órgão comunicar-se-ia com o governo e os órgãos internacionais no monitoramento e na avaliação da alocação dos fundos liberados pelo alívio da dívida e da administração dos fundos públicos em geral.

O fórum fez grande pressão para que o governo abrisse o seu processo do PRSP para uma participação maior da sociedade civil. Irene Tokarski, coordenadora da Campanha Jubileu 2000 boliviana, disse: “Este é o maior evento deste tipo já ocorrido na Bolívia. Todos aqueles que participaram do processo sentiram a responsabilidade imensa de assegurar que o que iniciamos seja seguido para o benefício dos bolivianos comuns. O governo boliviano deve responder a isso e levar em consideração nossa voz coletiva.”

(Fonte: Jubileu 2000, Bolívia)

7 Apêndices

1 PROGRESSO COM OS PRSPS

País	Documentação	Data (da apresentação ao banco)	Trabalho anterior
Bolívia	I-PRSP	Janeiro/2000	Diálogo Nacional
Tanzânia	I-PRSP	Abril/2000	Estratégia para a Erradicação da pobreza Nacional
Moçambique	I-PRSP	Abril/2000	Plano de Ação Nacional para a Redução da Pobreza Absoluta
São Tomé e Príncipe	I-PRSP	Abril/2000	
Uganda	PRSP	Mai/2000	Visão 2025, Plano de Ação de Erradicação da Pobreza
Albânia	I-PRSP	Junho/2000	
Senegal	I-PRSP	Junho/2000	
Burkina Faso	PRSP	Junho/2000	
Honduras	I-PRSP	Julho/2000	Plano Mestre para a Reconstrução e a Transformação
Benin	I-PRSP	Julho/2000	
Chade	I-PRSP	Julho/2000	
Quênia	I-PRSP	Agosto/2000	Plano Nacional para a Erradicação da Pobreza
Zâmbia	I-PRSP	Agosto/2000	
Gana	I-PRSP	Agosto/2000	Visão 2020
Mali	I-PRSP	Setembro/2000	
Tadjiquistão	I-PRSP		
Camarões	I-PRSP		

Fonte: FMI/IDA

2 ORGANIZAÇÕES E REDES

International Monetary Fund (FMI), H Street, NW, Washington DC 20009, EUA.

E-mail: publicaffairs@imf.org, Website: www.imf.org

World Bank (Banco Mundial), 1818 H Street, NW, Washington, DC 20433, EUA.

E-mail: Info@worldbank.org, Website: www.worldbank.org

African Network on Economic and Environmental Justice (ANE EJ), ANEEJ Secretariat, 61 Second Cemetery Road, Uzebu Quarters, Benin City, Edo State, Nigéria.

Tel: +234 52 258748, E-mail: aneej@rcl.nig.com

Africa Policy Information Center, 110 Maryland Ave. NE, #509, Washington, DC 20002, EUA. Tel: +1 202 546 7961, Fax: +1 202 546 1545, E-mail: apic@igc.org.

- Visa ampliar os debates sobre a política internacional em torno das questões africanas, concentrando-se no fornecimento de informações e análises acessíveis e relevantes.

Alternative Information and Development Centre (Sul da África),
Website: www.aidc.org.za

Debtchannel.org, Zâmbia, Tel: +260 1 232773, E-mail: debt@oneworld.net

Drop the Debt, Tel: +44 (0)20 7922 1111 Ramal 222, E-mail: mail@drophthedebt.org,
Website: www.drophthedebt.org

- Uma campanha a curto prazo com enfoque na obtenção de uma nova negociação para a dívida no encontro de cúpula do G8 em Genova, na Itália, em 2001.

Economic Justice for Churches in Eastern and Southern Africa (Edicesa), Edicesa and Focessa Economic Justice Network, Box H94, Hatfield, Harare, Zimbábue.
E-mail: edicesa@mango.zw

Eurodad (European Network on Debt and Development), Rue Dejoncker 46,
B-1060 Brussels, Bélgica. Tel: +32 2 5439060, Fax: +32 2 5440559,
E-mail: info@eurodad.ngonet.be, Website: www.oneworld.org/eurodad

- O Eurodad é um programa de supervisão de PRSPs em funcionamento.

Jubilee Debt Campaign, Tel: +44 (0)20 7922 111 Ramal 229,
E-mail: supporters@jubileedebtcampaign.org.uk

Jubilee Plus, Tel: +44 (0)20 7407 7447 Ramal 265, Website: www.jubileeplus.org,
E-mail: info.jubilee@neweconomics.org

- Visa servir de unidade de apoio a longo prazo para as campanhas mundiais na questão da dívida e das finanças. Está pesquisando as causas da dívida e questões de justiça econômica internacional.

OneWorld International, Tel: +44 (0)20 7735 2100, Website: www.debtchannel.org

- Uma rede sem fins lucrativos que visa explorar o potencial democrático da Internet, para promover o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos.

Transparency International e.V., Escritório internacional – Otto-Suhr-Allee 97-99,
D-10585 Berlin, Alemanha. Tel: +49 30 34 38 20 0, Fax: +49 30 34 70 39 12,
E-mail: ti@transparency.de. Escritório no Reino Unido – St Nicholas House, St Nicholas Road, Sutton, Surrey SM1 1EL, Reino Unido. Tel: +44 (0)20 8643 9288,
Fax: +44 (0)20 8710 6049, E-mail: ti.uk.@crownagents.co.uk

- O TI salienta casos de corrupção (especialmente porque eles afetam o mundo dos negócios) e faz recomendações para o combate de vários tipos de corrupção. Possui subdivisões nacionais em muitos países do mundo, oferecendo apoio e informações a nível local.

Se você tiver alguma pergunta especificamente relacionada à dívida internacional, entre em contato com Bryan Evans, da equipe de Política Pública, na Tearfund:

Tel: +44 (0)20 8943 7763

E-mail: Bryan.evans@tearfund.org

Para obter qualquer outra informação, entre em contato com o seu Facilitador (Conselheiro) Regional ou Oficial de Programas.

3 LEITURA ADICIONAL

■ Tearfund

Defesa de Direitos – Materiais de Estudo (em inglês, francês, espanhol e português)

Debt and Development (somente em inglês no momento)

Passo a Passo No 45 sobre Defesa de Direitos (em inglês, francês, espanhol e português)

■ Coligação Jubileu 2000

Island Mentality: the Okinawa G8 summit (somente em inglês)

Through the Eye of a Needle: the Africa debt report (somente em inglês)

■ Grupo Banco Mundial

Poverty Reduction Strategy Sourcebook (somente na website do FMI)

8 Glossário

- bens nacionais** Os bens das empresas estatais, como, por exemplo, as usinas elétricas de uma companhia elétrica estatal, as vias férreas e os materiais rolantes de uma rede ferroviária estatal.
- economia informal** A produção e o comércio que ocorre fora da regulamentação oficial e geralmente sem que sejam pagos os impostos. Esta atividade econômica é geralmente de pequena escala, como, por exemplo, vendedores ambulantes que vendem coisas aos motoristas parados em congestionamentos de trânsito, pessoas que procuram metal, garrafas, etc em depósitos de lixo para a reciclagem. Algumas atividades econômicas informais em grande escala são muito lucrativas, como, por exemplo, o tráfico de drogas.
- empréstimo-ponte** Um empréstimo a curto prazo para ajudar um país que está à espera de um novo financiamento (como empréstimos internacionais), mas precisa de dinheiro agora para gastos imediatos.
- Guerra Fria** A rivalidade política e militar entre a antiga União Soviética e seus aliados de um lado e o ocidente capitalista do outro de 1945 a 1989. Ambos os lados competiam pela influência entre os países em desenvolvimento, fornecendo auxílio militar e empréstimos e, às vezes, intervindo diretamente nas guerras civis, para manter os seus amigos do Terceiro Mundo no poder.
- Iniciativa HIPC** O Banco Mundial e o FMI lançaram a Iniciativa Destinada aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC – Highly Indebted Poor Countries) em 1996. Nesta iniciativa, é oferecido alívio da dívida aos países que o Banco Mundial/o FMI reconhecem não possuírem renda proveniente de exportações suficiente para permitir-lhes pagar as suas dívidas. Antes de receber qualquer alívio, estes países devem pôr em prática as políticas econômicas impostas pelo Banco Mundial/o FMI.
- Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)** O Banco Mundial, o FMI e os bancos de desenvolvimento regionais (tais como o Banco de Desenvolvimento Africano e o Banco de Desenvolvimento Asiático).
- mercado de commodities** Os mercados de produtos agrícolas e minerais não processados, como, por exemplo, o cacau, o café, o cobre e o estanho. Estas commodities são, muitas vezes, a principal fonte de renda proveniente de exportações dos países de baixa renda, porque eles não possuem dinheiro suficiente para construir fábricas onde eles possam ser processados. Estas commodities são compradas e vendidas nos mercados do mundo desenvolvido – a Bolsa de Metais de Londres,

por exemplo. Estes mercados podem ser muito “voláteis”, isso é, há altas e quedas repentinas nos preços. Às vezes, isso acontece devido a altas ou quedas na demanda dos bens no mundo desenvolvido. Com muita frequência, isso acontece, porque os comerciantes “especulam”, isso é, tentam adivinhar as futuras tendências dos preços e ter lucro através de transações de compra ou venda de commodities no futuro.

mercados de commodities voláteis

Veja “mercados de commodities”.

privatização

A venda das empresas estatais inteiras ou em parte para o setor privado (indivíduos e empresas). Alguns exemplos dessas empresas podem ser um banco estatal, a rede elétrica ou a rede ferroviária nacional. Essas vendas tornaram-se parte dos programas econômicos impostos aos países pelo Banco Mundial/FMI, porque eles acreditam que as empresas privadas sejam sempre mais eficientes que as empresas administradas pelos Estado.

Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB)

Estes medem a renda total do país. O PNB inclui todas as fontes de renda, enquanto que o PIB exclui o dinheiro proveniente de fora do país, tais como empréstimos estrangeiros e o dinheiro enviado para casa pelos compatriotas que trabalham no exterior.

serviço da dívida

O montante total que um país gasta a cada ano pagando as suas dívidas, incluindo os juros e os pagamentos do próprio empréstimo, geralmente em prestações.

sociedade civil

O termo “sociedade civil” é usado para descrever pessoas organizadas independentemente dos seus governos, que realizam campanhas em questões de interesse do país (a campanha pode ou não ser o propósito principal da organização). As igrejas, a mídia, os sindicatos e outras organizações não governamentais (ONGs), vêm todos sob esta classificação.

valor nominal

O valor original de um empréstimo ou das ações de uma empresa. Este valor é declarado na “face” do documento de empréstimo ou do certificado da ação. Ao serem comercializados nos mercados monetários, o seu valor sobe ou desce, conforme os comerciantes estimem o seu valor real. Por exemplo, se é sabido que um país não pode pagar seus empréstimos, o seu valor “real” (o preço pelo qual eles são comercializados no mercado) baixará, passando a ser menos do que o valor nominal.